SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

31/07/2015 - Sinttel-ES

Telemont/Oi frusta trabalhadores em mais uma reunião de negociação

Na manhã desta sexta-feira, na terceira reunião de negociação entre o Sinttel e a Telemont/Oi não houve avanços. A empresa apareceu, mas seus representantes só fizeram bater-boca sobre os pontos em que ela não concorda. Na verdade, a empresa está "mordida" com a recusa dos trabalhadores sobre as condições impostas na sua proposta de Acordo Coletivo 2015/2016.

Relembrando, no dia 16 de julho, na assembleia de avaliação, os/as trabalhadores/as rejeitaram o Piso Salarial oferecido pela empresa, que está muito aquém do que é praticado no setor de telecomunicação no Brasil todo, garantido pela Fenattel (Federação dos Trabalhadores em Telecom) na Convenção Coletiva Nacional assinada com o Sinstal, o Sindicato das empresas prestadoras de serviço.

O Sinttel-ES não arredou o pé, e manteve a posição de defesa da Convenção Coletiva Nacional, que é abrangente e pratica pisos salariais dignos para a categoria. A Telemont/Oi argumenta que, na atual conjuntura, é impossível para a empresa adotar os reajustes e os pisos salariais oferecidos na Convenção Nacional. A empresa insiste nos acordos individuais por estado, uma incoerência, pois, ela presta serviços para a Operadora Oi em quase todo o país e, também, na correção dos pisos somente pelo INPC do IBGE de 8,34%.

Escala espanhola

Foi muito bate-boca, blá, blá, blá e disse-me-disse até o início da tarde, mas a empresa engasgou mesmo na questão da escala de trabalho, a "escala espanhola, que ela está sendo obrigada a cumprir por determinação judicial. A Telemont/Oi quer obrigar os empregados a trabalhar 3 sábados por mês. O Sinttel ingressou na justiça para garantir a escala que vinha sendo praticada, e que está garantida no Acordo Coletivo, em que os trabalhadores trabalham 2 sábados. Esse ponto deixou os representantes da empresa muito irritados.

O Sinttel-ES acredita que esse e outros pontos vão demandar muita negociação entre as partes, mas é possível chegar a um consenso. Para isso, apresentou alguns pontos da pauta de reivindicações, que se a empresa tiver boa vontade e melhorar, será possível levar a proposta para que a assembleia analise. Diante disso, a próxima reunião será dia 12 de agosto, às 9 horas.

O Sinttel-Es deixou claro que só fará nova assembleia, se a empresa apresentar uma proposta diferente e melhor do que já apresentou. Se não houver essa nova proposta, o Sinttel convocará os/as trabalhadores/as para daí decidirem o que fazer.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

31/07/2015 - Instituto Telecom

Telefónica está positiva com melhora na economia brasileira

Satisfeita com o crescimento apresentado pela Telefônica Brasil em seu resultado financeiro do segundo trimestre, a matriz espanhola acredita que pode seguir com a tendência em médio prazo. Segundo declarou o CFO da Telefónica, Ángel Vilá, durante teleconferência para analistas nesta quinta, 30, a economia pode até mostrar desaquecimento, mas o horizonte é positivo. "É difícil em um cenário macro com desaceleração, teve ajuste fiscal, contração social e do PIB, mas o novo projeto político está comprometido com alguns ajustes e correção de balanço financeiro e estrutural (da economia), então temos confiança para investir e expandir o crescimento", disse. "Mesmo com o recuo, permanecemos positivos".

O CEO da Telefónica, César Alierta, concorda. Ele ress alta que a operação fixa em São Paulo mostrou crescimento em receita pela primeira vez desde 2008. "É prova do nosso investimento em qualidade, em fibra, em atualizar a oferta (de portfólio) e em investir em TV", declara, afirmando que a entidade combinada da Telefônica/Vivo com a GVT conseguiu capturar 93% do crescimento líquido do mercado de TV no trimestre. "Do ponto de vista operacional, as possibilidades de combinar forças de vendas e a atuação fora de São Paulo, onde não tínhamos (serviço) fixo, ficamos imediatamente mais poderosos", comemora.

Por conta desse desempenho e da fusão, Ángel Vilá acredita ter "a melhor combinação de ativos e gestão no País". Isso não significa, no entanto, que a companhia não esteja aberta a eventual nova consolidação. "Continuamos a acreditar nos potenciais de mais sinergias com até mais consolidação no mercado", destacou. No entanto, na teleconferência da quarta-feira, o presidente da Telefônica Brasil, Amos Genish, refutou especulação sobre uma eventual aquisição da operação da DirecTV no Brasil caso a AT&T, nova controladora da operadora de DTH, colocasse o ativo a vida. "Não estou sabendo de venda da DirecTV e não temos muito o que falar disso", disse ele na ocasião. Ele ressaltou ainda que a operação de satélite (além do DTH da GVT) daria "vantagem para atacar uma base", mas se disse confiante na evolução da oferta de fibra e IPTV.

Atuação internacional

Em seu mercado doméstico, os executivos da Telefónica se mostram confortáveis com as novas regras do Mercado Único Digital de telecomunicações, projeto da Comissão Europeia aprovado em junho pelo Parlamento Europeu. "A Comissão entendeu que o fim do roaming precisou ser atrasado por mais alguns trimestres e que a redução tem de ser progressiva", declarou o COO do grupo espanhol, José María Álvarez-Pallete, nesta quinta-feira.

Ele elogiou ainda a definição de neutralidade de rede na Agenda Digital, que basicamente proíbe bloqueio ou estrangulamento do tráfego de conteúdo online, aplicativos e serviços, mas permite exceções e, com isso, diversas interpretações. "Temos um framework para trabalhar e isso nos permite ir em frente com a otimização e gerenciamento de rede sem provocar perda e qualidade do lado do consumidor", comemorou.

Álvarez-Pallete, no entanto, afirma que a Comissão Europeia ainda precisa endereçar pontos, como definição de interoperabilidade entre os países do bloco. Sobretudo, reclama da quantidade de operadoras – inclusive virtuais – no continente e da competição das empresas over-the-top. "A regulação deve contemplar ambas as situações", reitera.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

31/07/2015 - Carta Maior

Usuários do Mais Médicos dão nota 9 ao programa, aponta pesquisa

Diferentemente do que os que são contra o programa pensavam, a maioria dos pacientes atendidos pelos estrangeiros não sentiu dificuldades na comunicação.

Pesquisa mostra que usuários do Mais Médicos dão nota nove, em uma escala de zero a 10, como nota média para o programa. O levantamento, feito pelo Grupo de Opinião Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, mostra que 54% dos usuários entrevistados dão nota 10 ao programa, criado em 2013 para levar médicos a regiões carentes.

Encomendado pelo Ministério da Saúde, o estudo aponta que, diferentemente do que os que são contra o programa pensavam, a maioria dos pacientes atendidos pelos médicos estrangeiros não sentiu dificuldades na comunicação. Os dados apontam que 84% não tiveram dificuldades de entendimento e que apenas 2% sentiram muita dificuldade.

Para Helcimara Telles, coordenadora da pesquisa, o que faz com que o programa seja bem avaliado é o atendimento médico. "Mesmo que a infraestrutura da Unidade Básica de Saúde não seja muito boa, mesmo que faltem coisas, quando o atendimento médico é bom isso repercute bem na avaliação do programa", defende a pesquisadora. Para a coordenadora, essa satisfação pode estar ligada à experiência dos médicos, já que 63% dos profissionais têm mais de dez anos de experiência, a maioria na atenção básica.

O perfil do usuário mostra que a maioria (80%) dos pacientes são mulheres, com filhos, renda de até dois salários mínimos e que 40% recebem bolsa família. "Isso mostra que o programa está atendendo o público alvo", explica Helcimara.

Como desafios principais apontados pelos usuários, o levantamento destaca as dificuldades no acesso aos medicamentos, na marcação de consultas e na demora para receber o atendimento. Além disso, os pacientes também reclamam que não conseguem ser atendidos pelo mesmo profissional, o que dificulta o acompanhamento do histórico de saúde.

Comparando com o período anterior à chegada dos médicos do programa, 84% acham que o atendimento melhorou muito, 83% apontam melhora na duração da consulta e 81% acreditam que o profissional conhece mais os problemas de saúde do que os médicos anteriores.

Os resultados da pesquisa foram apresentados durante o 11º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, em Goiânia. As entrevistas foram feitas em Unidades Básicas de Saúde de 700 municípios de todas as regiões do país entre 17 de novembro e 23 de dezembro de 2014. A margem de erro é 1%.

Para a doutora em saúde pública e professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lígia Bahia, o programa cumpriu um papel importante no atendimento em áreas carentes. "Ele não muda a estrutura do sistema público de saúde, mas ele foi capaz de levar assistência a uma parcela da população que não tinha".

Ela destaca que os médicos cubanos são muito experientes e bons e que isso pode ter levado à avaliação tão positiva dos pacientes. No entanto, Lígia contesta o modelo de dar uma nota ao programa. "Uma nota resumo não é um método adequado para uma pesquisa de satisfação do usuário. Para mim, uma nota nove não quer dizer nem que o sistema é excelente e nem que não funciona.", defende,

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

A tal "crise" como justificativa para a incompetência e a incapacidade

Tem muita gente buscando justificar a sua incompetência, a sua incapacidade de se estabelecer no mercado valendo-se da tal "crise" que dizem que "assola" o país. O comerciante não consegue vender? Fácil: basta culpar a tal "crise".

Todas as outras hipóteses (atendimento ruim, serviço ou produto ruim ou inferior ao da concorrência, preço mais caro, relação custo-benefício desvantajosa, péssima localização do negócio, falta de publicidade etc), nada disso tem mais importância. Basta culpar a tal "crise" e todos se tornam competentes e capazes de se estabelecer no mercado, como num passe de mágica. Yeah, right.

Alguma dificuldade pode estar existindo, em alguns ramos. Em outros, não. O que é normal na economia. A crise faz parte normalmente do cenário do capitalismo. Mas o que eu falei foi de outra coisa. Tem gente se aproveitando da tal "crise" para justificar a própria incompetência, a própria incapacidade de se estabelecer no mercado. Empresas quebram, mesmo quando ninguém fala em "crise".

Para analisar o efeito da sempre mencionada "crise", nós teríamos que analisar o faturamento das empresas ao longo do tempo. Inclusive teríamos que analisar quais os métodos de administração que elas vêm empregando desde então, a evolução da concorrência no mercado, o que elas fizeram para manter fiel a clientela etc. Não é tão simples assim. Se houve uma queda nas vendas, alguma explicação pode existir para além da tal "crise". Essa justificativa é muito limitante da realidade. Pode ter existido uma mudança no perfil do consumidor, no perfil do mercado e a empresa não acompanhou. Nem todo mundo está vivenciando uma verdadeira crise: vários segmentos do mercado vão de vento em popa, crescendo e ganhando muito dinheiro, essa é que é a verdade.

Muitos usam o setor da construção civil e a queda nas vendas no mercado imobiliário como uma forte evidência da crise. Há muito tempo que eu leio sobre os preços absurdos do mercado imobiliário, os que mais cresceram muito acima da inflação. Qual a justificativa? Nenhuma, apenas busca por lucro exorbitante. Aí, quando os preços atingem um nível que ninguém consegue pagar, a culpa na queda das vendas é da "crise"? Não, é dos preços absurdos e totalmente fora da realidade!!

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Para cada notícia que aponta para uma piora nos indicadores econômicos, existem muitas outras que fazem o contraponto. A questão é saber analisar o que existe de verdadeiro nessas notícias. A crise, como bem disse o crítico de cinema Pablo Villaça, em recente post em sua página no Facebook que viralizou nas redes sociais (ver clicando aqui), não é tão grave como essas notícias falam. O Brasil não quebrou de uma hora para outra. Isso é pura invenção. Isso é no que a imprensa quer que as pessoas acreditem. Tem muita gente ganhando dinheiro sim. Muita. O país que vinha bem não pode simplesmente paralisar em pouco tempo. Isso não tem o menor fundamento. O país é grande economicamente, tem um mercado consumidor auto-sustentável etc. Muitas notícias que saem na grande imprensa falam de uma realidade como se o Brasil fosse um "deserto econômico", sem saída ou não existisse mais nada, não produzisse mais nada. Esse é o clima de "terror" que a grande imprensa e a parte a ela alinhada querem fazer vingar na cabeça das pessoas. Isso é falso, esse clima pessimista todo. O Brasil está em "crise", vamos todos nos afundar na miséria e blá blá blá. Balela.

O mais certo é: alguns setores passam por uma crise. A "crise" não é conjuntural e muito menos significa que este governo não irá encontrar respostas para ela. A questão é o que fazer para o problema não se agravar. Antes, os que hoje querem voltar ao poder estagnaram economicamente o Brasil, entregaram praticamente boa parte do patrimônio do país, fizeram privatizações predatórias e lesa-pátria, massacraram a classe trabalhadora etc. Isso sim era uma verdadeira crise.

31/07/2015 - Instituto Telecom

Anatel adota norma para fiscalizar nacionalização de produtos e serviços de Telecom

Mais de três anos depois de exigir a nacionalização de parte de equipamentos e serviços (como TI) de telecomunicações, a Anatel aprovou nesta quinta -feira, 30/7, um regulamento sobre como acompanhar que as operadoras cumpriram aqueles compromissos assumidos a partir de editais de radiofrequência.

A discussão final ficou centrada na definição prévia de uma lista de referência para os equipamentos. Para o conselheiro Igor de Freitas, os próprios fabricantes poderiam dar ajuda valiosa ao indicarem, na certificação, se seus produtos possuem Processo Produtivo Básico ou tecnologia desenvolvida no país.

Já o conselheiro Rodrigo Zerbone, entendeu ser melhor definir previamente uma base de dados que sirva como indicação e previsibilidade às empresas. Nesse sentido, defendeu que seja usado o capítulo 85 da Nomenclatura Comum do Mercosul – onde estão descritos máquinas, equipamentos e aparelhos elétricos.

Foi o que prevaleceu, apesar das ressalvas de Freitas. “A adoção dessa lista vai tirar a flexibilidade da agência porque enrijece a possibilidade de a Anatel direcionar investimento em tecnologia. É um erro”, insistiu. Para Marcelo Bechara, que também defendeu o uso da NCM, “nenhuma lista será perfeita”.

Em essência, o cumprimento das metas será feito a partir de relatórios anuais das operadoras que assumiram compromissos de nacionalização ao vencerem leilões onde eles estavam previstos. E caberá à Superintendência de Controle de Obrigações verificar a correção dos dados apresentados.

Por enquanto, são dois editais em vigor. O primeiro em 2012, no leilão da faixa de 2,5 GHz, determinou que 60% dos equipamentos e serviços devem ser nacionais: 50% via PPB e 10% com tecnologia nacional, ou seja, a Portaria 950 do MCTI. Esse último percentual vai a 15%, em 2015, e 20%, entre 2017 e 2022.

Na faixa de 700 MHz, a Anatel retomou as exigências. Até o fim de 2016, 65% das aquisições das vencedoras devem seguir a regra prevista, sendo 50% deles via Processo Produtivo Básico (portanto, fabricados no país) e 15% com tecnologia nacional – percentual este que sobe para 20% entre 2017 e 2022.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

31/07/2015 - Vermelho

Dilma libera crédito extraordinário de R$ 9,8 bilhões para Educação

A presidenta Dilma Rousseff liberou um crédito extraordinário de R$ 9,8 bilhões para o Ministério da Educação (MEC), de Encargos Financeiros da União e Operações Oficiais de Crédito. Do valor estabelecido, R$ 5,178 bilhões serão reservados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). As informações foram publicadas na edição desta sexta-feira (31) do Diário Oficial da União.

Governo Dilma libera R$ 9,8 bilhões para o Ministério da Educação (MEC)Governo Dilma libera R$ 9,8 bilhões para o Ministério da Educação (MEC) Trata-se de um crédito extraordinário por ser um valor concedido além do orçamento da Educação estipulado pelo governo federal.

Da quantia destinada ao Fies, R$ 4,2 bilhões serão utilizados para concessão de contratos do programa. Além disso, R$ 578 milhões serão usados para a administração do programa e R$ 400 milhões para integralização de cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo. Para a pós-graduação e educação superior, foram liberados R$ 35,8 milhões.

Do valor total liberado, R$ 4,6 bilhões serão utilizados pela subvenção econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais.

Inscrições no dia 3 de agosto

As regras para a edição do segundo semestre do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que terá 61.500 vagas foram divulgadas na segunda-feira (27). As inscrições começam na próxima segunda (3) e vão até as 23h59 do dia 6. As informações foram publicadas no "Diário Oficial da União".

O MEC também divulgou na segunda, em nota, que o prazo para o aditamento de contratos já vigentes do Fies também terá início na próxima segunda (3). O prazo inclui também o aditamento de contratos que não foram renovados no primeiro semestre. "Todos os estudantes que já estão no Fies e que, por alguma razão, não realizaram o aditamento referente ao primeiro semestre de 2015 podem fazê-lo durante o período de renovação do segundo semestre, que terá início em 3 de agosto", diz o comunicado. Segundo o MEC, há menos de 100 mil pessoas nesta situação.

01/08/2015 - Rede Brasil Atual

Record é condenada a pagar indenização por não notificar acidentes de trabalho ao INSS

Ministério Público do Trabalho alega que a empresa sabia dos problemas e omitia os CATs

A Record foi condenada ao pagamento de R$ 500 mil de indenização por danos morais coletivos. Através de uma investigação, o Ministério Público do Trabalho de São Paulo descobriu que a emissora não relatava ao INSS os acidentes e doenças que seus empregados sofriam motivados pelo trabalho.

Segundo o relatório do MPT, a Record omitia os Comunicados de Acidente de Trabalho (CATs) ocasionados por esforços repetitivos e doenças osteomusculares. Em nota do Ministério Público do Trabalho, a procuradora do Trabalho Denise Lapolla diz que a investigação revelou muitos casos de doenças na empresa. “Constatamos que 68 % dos CATs não emitidos pela empresa dizem respeito a doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.”

A perícia do MPT concluiu que a Record tinha conhecimentos dos problemas, mas continuava reproduzindo mesma análise ergonômica ano após ano, sem realizar investimentos para resolver as questões.

A comunicação dos CATs é obrigatória nas empresas, mesmo que exista apenas uma suspeita de que o acidente ou doença tem a ver com o trabalho que a pessoa realiza, já que a avaliação é feita pelo INSS.